

INTERAÇÕES SOCIAIS NA REVOLTA MINEIRA DE VILA RICA DE 1720:  
LIGAÇÕES PARENTAIS, REDES CLIENTELARES E QUEBRA DA RECIPROCIDADE

Carlos Leonardo Kelmer Mathias

Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ao longo dos vinte e três dias nos quais a capitania de Minas do Ouro vivenciou as alterações conhecidas por revolta de Vila Rica – 28 de junho de 1720 a 20 de julho do mesmo ano –, podem ser apreendidas algumas das várias estratégias de ação postas em práticas pelos indivíduos no decorrer de suas vidas. Afinal, e conforme Edward P. Thompson, uma das maneiras de “descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos”, e neste sentido “um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade”.<sup>1</sup> Três são as estratégias utilizadas pelos indivíduos atuantes na revolta trabalhadas no texto, a saber, 1) a confirmação de laços anteriormente firmados; 2) o estabelecimento de ligações inéditas; 3) o rompimento de antigas alianças. Antes de porém de passar às suas análises, urge definir, de antemão, o que estou a entender por estratégia.

Estratégia de ação, ou seja, a premissa segundo a qual o homem é capaz de manipular o conjunto de suas relações para tentar atingir seus fins, visando melhorar sua posição no interior do sistema social no qual cada um se insere, através do estabelecimento de estratégias que perpassam a gestão de relações interindividuais.<sup>2</sup> Nesse sentido, o texto funda-se no juízo segundo o qual várias trajetórias de ação são traçadas ou abandonadas por serem claramente satisfatórias ou insatisfatórias, ou seja, o sujeito espera que o valor a ser ganho seja superior ao ser perdido.<sup>3</sup> Concernente a isso, os comportamentos individuais são o espelho da utilização também individual da “margem de manobra” – precisa e controlada – da qual dispõem numa situação dada dentro do seu “universo de possíveis”; o que implica a recusa de uma análise, por assim dizer, determinista.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2001, p. 235.

<sup>2</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000, p. 396.

<sup>3</sup> BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 38-39. Por valor entenda-se como “um padrão detido pelos atores que afeta seus comportamentos por orientar suas escolhas (...) refere-se a um padrão de avaliação para o que as pessoas querem ter e ser” (grifos do autor). pp. 91-92. Ver também BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

<sup>4</sup> ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 159.

Essa noção de estratégia evoca um indivíduo racional, porém não dotado de uma “racionalidade absoluta”. Esse indivíduo age a partir de uma “racionalidade limitada”, isto é, “a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe confere, em contextos onde sua ação depende da interação com as ações alheias, e onde, portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de constante incerteza”.<sup>5</sup>

Atinente aos indivíduos trabalhados no presente artigo, não teria sido para eles possível pôr em exercício as suas estratégias de ação sem um elemento fundamental nas sociedades de Antigo Regime, o(s) outro(s). Creio ser plausível afirmar que, em tais sociedades, estabelecer algum tipo de ligação com outro indivíduo se constituía mesmo em *conditio sine qua non* para a manutenção da própria sobrevivência. Tal afirmação estende seu raio de alcance a todas as camadas da sociedade. Para a população cativa, estabelecer matrimônio, por exemplo, poderia significar a possibilidade de obter uma senzala particular, logo, de impetrar uma certa ingerência nos negócios de suas vidas particulares, como substituir a comida da fazenda pela feita em sua residência, de tal forma que tais cativos teriam mais tempo para si, longe do olhar branco, podendo escolher os seus companheiros de refeição, melhorar a qualidade da comida, conferindo um sentido cultural próprio a uma das refeições do dia, buscando, dessa forma, alimentar a alma, não tendo mais que utilizar, por exemplo, gamelas.<sup>6</sup>

Segundo Tiago Luis Gil, a própria “manutenção do Império em regiões remotas dependia de uma intrincada rede de relacionamentos, uma teia densa, que se estendia por todo o Império luso e que se valia das mais distintas alianças”.<sup>7</sup> Para a elite, estabelecer ligações matrimoniais e redes de reciprocidades constituía-se em uma das suas estratégias para se garantir como nobreza. Aqui, analisarei cinco indivíduos: Jerônimo Pedroso de Barros, Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, Caetano Álvares Rodrigues, Maximiano de Oliveira Leite e Garcia Rodrigues Paes Leme – a exceção dos dois últimos (para os quais não possuo informações suficientes), todos os demais auxiliaram ao governador D. Pedro de Almeida Portugal na contenção da revolta.

---

<sup>5</sup> LIMA JÚNIOR, Henrique Espada. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1999, pp. 259-260. (tese de doutoramento inédita) [Grifos do autor]. Cf. também LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000; LEVI, Giovanni. “Comportamentos, recursos, processos antes da ‘revolução’ de consumo”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 203-225.

<sup>6</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>7</sup> GIL, Tiago Luis, GIL, Tiago Luis. *Infêis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2002, p. 59. (Dissertação de mestrado inédita).

Nas sociedades de Antigo Regime, o dom integrava uma cadeia de atos benéficos que se constituíam como as principais fontes de estruturação das relações políticas, conferindo prestígio político de acordo com a capacidade de um sujeito de dispensar benefícios, assim como na confiança dos demais nessa mesma capacidade. Por variados meios os laços de interdependência incidiam sobre as “relações institucionais formais”, originando quer movimentos de resistência, quer tendências centralizadoras dirigidas por El-Rei, mas apoiadas em redes clientelares, as quais não se limitavam a um determinado tempo ou espaço. Contudo, por estruturarem “os vários níveis de interação social e comportamentos quotidianos das pessoas”, tais redes atuavam em uma via de mão dupla, transformando-se em um instrumento de luta política.<sup>8</sup>

Conforme apontado por Fredrik Barth, em qualquer relação social, nós somos envolvidos em um fluxo e em um contra-fluxo de prestações, de apropriações e de serviços, que influem na relação social comportamental.<sup>9</sup> Nesse sentido, a existência de redes de reciprocidade pressupõe conflito e negociação, sendo que, em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime, reproduz hierarquias e garante a reprodução da própria sociedade. A título de exemplo, Rafael Pinto Bandeira – líder de uma poderosa rede clientelar no Rio Grande do Sul setecentista – para formar seu bando e garantir sua autoridade, valia-se de alianças matrimoniais, coerção extra-econômica (violência física) e laços de reciprocidades, quais sejam, 1) contrapartidas de guerra, 2) concessão de terras e 3) “proteção” àqueles que o seguiam.<sup>10</sup>

À luz do antropólogo norueguês, “toda interação está inserida em redes sociais mais amplas”, e todo ato social envolve “eu, você e eles”.<sup>11</sup> Ou seja, toda rede de reciprocidade envolve “eu, você e eles”, atores sociais com interesses ora convergentes, ora divergentes, que contribuem para, via negociação – o que por si só alude a conflitos também de interesses, às vezes com resultados pacíficos, outras tumultuados –, hierarquizar a sociedade e reproduzir essa mesma sociedade na medida em que os demais atores sociais reconhecem a diferença entre eles e aqueles com maiores capacidades de distribuir benefícios. As estratégias de interação social convergem, verdadeiramente, nesse sentido.

---

<sup>8</sup> HESPNHA, Antônio M. & XAVIER, Ângela B. “As redes clientelares”. In: HESPNHA, Antônio Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, passim.

<sup>9</sup> BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*, op. cit., p. 37.

<sup>10</sup> GIL, Tiago Luis, op. cit., p. 127. Vale ressaltar que o bando de Rafael Pinto Bandeira reunia em torno de 250 homens, p. 49.

<sup>11</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador*, op. cit., p. 175.

Na sociedade mineira setecentista, a elite, articulada ao redor de redes de reciprocidades, possuía interesses enraizados, tinha conhecimento dos canais de representação e podia mobilizar contingentes de agregados.<sup>12</sup> Nesse sentido, com a reconstrução das redes de relações dos indivíduos e das famílias, é possível “recuperar as formas de agrupamento social a partir da multiplicidade das práticas individuais”.<sup>13</sup>

Através do estudo das genealogias, é possível instituir as associações formadas ou desfeitas através do tempo e, por conseguinte, reconstituir os grupos ligados pelo parentesco de consangüinidade ou afinidade. Contudo, tal reconstituição deve ser relacionada com os dados acerca do poder econômico e político de tais indivíduos,<sup>14</sup> para que, então, possa-se compreender o porquê do casamento se constituir como “instrumento privilegiado das estratégias patrimoniais e de poder formuladas pelos chefes de família”<sup>15</sup> e, para além, o porquê da escolha do cônjuge se estabelecer como “um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais”.<sup>16</sup>

Nesse sentido, vale à pena observar a árvore genealógica de Jerônimo Pedroso de Barros (vide genealogia Jerônimo Pedroso de Barros, p. 14). O bisavô de Jerônimo Pedroso, Pedro Vaz de Barros – casado com Luiza Leme –, veio para o Brasil em 1605, juntamente com seu irmão, Antônio Pedroso de Barros – ambos naturais de Algarve, Portugal –, providos um de ouvidor da capitania de São Vicente e o outro no posto de capitão-mor governador da mesma capitania, respectivamente, com cláusula que, no falecimento de um deles, o outro assumira automaticamente suas funções. Foram pessoas de “qualificada nobreza”, tendo Pedro Vaz estado em São Paulo, em 1602, no cargo de capitão-mor governador. O avô de Jerônimo Pedroso, Antônio Pedroso de Barros, era “cavaleiro pelo nascimento e ações” e possuía cerca de 600 índios empregados na cultura de suas fazendas, tendo sido homem muito rico em seu tempo. O pai de Jerônimo Pedroso, Pedro Vaz de Barros, igualou-se em riqueza a seu avô e a seu pai. Possuiu uma fazenda em Cutaúna que mais parecia “uma vila, pelo grande número de casarias, e bem arruadas, que

---

<sup>12</sup>CAMPOS, Maria Verônica, *Governo de mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” 1693 a 1737*. São Paulo: USP, FFLCH, 2002, p. 17. (Tese de doutoramento inédita).

<sup>13</sup> LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala...*, op. cit., p. 88.

<sup>14</sup> MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994., p. 28.

<sup>15</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 175.

<sup>16</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança...*, op. cit., p. 470.

nela havia, com uma capela, onde se oficiavam os sacramentos por se compor aquela fazenda de mais de seiscentas almas”.<sup>17</sup>

Pela sua árvore genealógica, Jerônimo Pedroso de Barros pertencia àquilo que se denominou “melhores famílias da terra”. Em consequência de seu nascimento e ações Jerônimo Pedroso ocupou cargos da governança na capitania de Minas do Ouro – foi provedor dos quintos, por volta de 1701 e 1717, ocupou o cargo de cobrador da câmara e dos quintos – e obteve a patente de coronel de cavalaria das ordenanças, em 24 de agosto de 1714, tendo sido “um dos cavalheiros paulistas de maior respeito e opulência de cabedais que houve nas Minas Gerais”.<sup>18</sup> Uma das características que chama a atenção nessa família é o fato de os Pedroso de Barros manterem laços comerciais e relações de clientela com a família de Fernão Dias, cuja irmã era avó de alguns Pedroso de Barros.<sup>19</sup>

Outro fato que merece destaque na família de Jerônimo Pedroso de Barros é o casamento de suas quatro primeiras irmãs. Todas elas casaram-se com membros da família Rodrigues Penteado. O pai de Manuel Correia, Pascoal Leite, João Correia e José Correia Penteado foi Francisco Rodrigues Penteado. Filho de Manuel Correia – lisbonense que se fixou em Pernambuco com “negócio grande” –, Francisco Rodrigues, versado no “mimo de tanger viola e destro na arte de música”, foi enviado a Lisboa a cerca de uma herança que havia por receber. Contudo, “vendo-se em uma corte das mais nobres da Europa e com prendas para conciliar estimações, cuidou só no estrago, que fez do cabedal, que recebeu, consumindo em bom tratamento e amizades”. Retornou ao Rio de Janeiro na frota de Salvador Correia de Sá e Benevides que, tendo de passar a Angola, deixou-o no Rio de Janeiro, “muito recomendado pelo interesse de lhe instruir nos instrumentos músicos a suas filhas, e ao filho mais velho, Martim Correia”. Passou à vila de Santos contratado para casar com uma sobrinha de Fernando Dias Pais, que arrumou tal contrato. Francisco Rodrigues casou-se com D. Clara de Miranda, filha de Antônio Rodrigues de Miranda – “nobre cidadão de São Paulo” – com D. Potência Leite – tia de Fernão Dias Pais Leme.

Todos os seus quatro filhos foram “nobres cidadãos da cidade de São Paulo”, à exceção de Manuel Correia Penteado, que passou às Minas do Ouro “gozando de um

---

<sup>17</sup> LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Vol. III. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, pp. 199-203.

<sup>18</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. op. cit., p. 63.

<sup>19</sup> CAMPOS, Maria Verônica, op. cit., p. 90, nota 229. Contudo, além da citação de Maria Verônica Campos, nada pude encontrar que fizesse menção a tal ligação, a não ser o fato de que Pedro Vaz de Barros foi casado com Luzia Leme, filha de Fernando Dias Paes e Lucrecia Leme, no início do século XVII. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana* – CD, São Paulo, Macromedia, 2002 (Maria Amato, org.). 3º Vol., pp. 944-945.

respeito igual ao merecimento em que soube ser atendido e venerado”, e ocuparam “honrosos cargos da república”.<sup>20</sup>

Da genealogia de Jerônimo Pedroso de Barros, percebe-se claramente a estratégia, ao menos neste momento de formação da sociedade, desses homens de casarem-se entre si buscando assegurar sua condição de nobreza e, por decorrência, suas prerrogativas do mando. O domínio dos cargos da governança e das mais altas patentes das ordenanças e dos auxiliares foi uma das estratégias utilizadas por essas elites – reforço que tal estratégia deve ser contextualizada –, na busca de assegurar seu *status* de homens de “melhor qualidade”, logo passíveis de manterem uma diferença em relação aos demais. Diferença essa que lhes possibilitava um reconhecimento como “iguais”, ou seja, como integrantes de uma mesma categoria, o que lhes permitia o estabelecimento de critérios para determinação do pertencimento a essa mesma categoria.

Também vale ressaltar a árvore genealógica de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme (vide genealogia Fonseca Leme, p. 15). De tal genealogia, depreende-se que Maria Antônia Pinheiro da Fonseca, irmã de Domingos Rodrigues, foi casada com Garcia Rodrigues Paes, que, dentre outros feitos, foi capitão-mor e administrador da entrada e descobrimento das minas dos Cataguazes; abriu um caminho que ligava as ditas minas ao Rio de Janeiro; foi nomeado para o posto de guarda-mor geral das minas, obteve o título de fidalgo da Casa Real; descobriu inúmeros veios auríferos; e, juntamente com seu pai – Fernão Dias Paes – entregou-se na *conquista* de novas terras e gentios,<sup>21</sup> – tudo sempre às custas de sua fazenda.

Junto de seu cunhado Domingos Rodrigues, já considerado o homem mais opulento das Minas do Ouro, realizou várias diligências, dentre elas, ao entrar pelo sertão de Sabarabuçu, descobriu o famoso ribeirão do Carmo – Congonhas do Sabará, hoje Vila Nova de Lima – e participou da abertura do chamado Caminho Novo, concluindo-o no início da década de vinte dos setecentos.<sup>22</sup>

Outra árvore genealógica que merece destaque é de Caetano Álvares Rodrigues (vide genealogia Caetano Álvares Rodrigues, p. 16). De sua análise, percebe-se que o “Homem Rico”<sup>23</sup> e tenente coronel José Caetano Rodrigues Horta – filho de Caetano

---

<sup>20</sup> LEME, Pedro Taques de Almeida Pais, op. cit., vol III, pp. 239-251.

<sup>21</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit, pp. 215-217.

<sup>22</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 153 e p. 183. Ver também *Dicionário dos bandeirantes e sertanistas*, p. 214.

<sup>23</sup> Acerca da noção de “Homem rico” cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói:UFF, 2001. (tese de doutorado inédita)

Álvares – teve sua filha primogênita casada primeiro com o coronel Gregório Caldeira Brant e, posteriormente com seu primo Garcia Rodrigues Pais Leme, cunhado do já citado Domingos Rodrigues da Fonseca Leme. Gregório era filho de ninguém menos do que Felisberto Caldeira Brant, célebre contratador dos diamantes no distrito Diamantino em Minas Gerais e dos rios Claro e Pilões de Goiás.<sup>24</sup> Homem de grande fortuna, Felisberto era filho de Ambrósio Caldeira Brant, um dos principais sertanistas da época. Garcia Rodrigues Paes Leme, natural do Rio de Janeiro, era filho do mestre de campo Pedro Dias Paes Leme com sua esposa, Francisca Joaquina d`Horta Forjaz Pereira de Macedo.<sup>25</sup> Pedro Dias Paes Leme era filho do citado Garcia Rodrigues Paes, que, por sua vez, era filho de Fernão Dias Paes – duas das famílias de maior prestígio na época<sup>26</sup> (vide genealogia Paes Leme, p. 17).

O coronel e guarda-mor Caetano Álvares Rodrigues foi casado com a irmã de Maximiano de Oliveira Leite, coronel e guarda-mor das Minas do Carmo – localidade na qual se distinguiu enquanto um dos primeiros descobridores –, figura que viria a receber o título de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, além de ter sido fidalgo da Casa Real.

Maximiano de Oliveira Leite era filho de Francisco Pais de Oliveira Horta – falecido em 1701, em Santana de Parnaíba – com sua esposa, Mariana Pais Leme, irmã de Garcia Rodrigues Paes e filha do Governador das Esmeraldas Fernão Dias Paes.<sup>27</sup> Ou seja, pela descendência matrilinear, Maximiano era neto do bandeirante que “mais largo renome deixou na história da expansão geográfica brasileira, depois de Antônio Raposo Tavares”<sup>28</sup>, e sobrinho de Garcia Rodrigues Pais.

Francisco Pais de Oliveira Horta, o pai de Maximiano de Oliveira, seguiu com Fernão Dias e Garcia Rodrigues, em 1674, para o sertão dos Cataguazes, onde, através da mineração, obteve fortuna.<sup>29</sup> Observa-se que Maximiano de Oliveira Leite pertencia àquilo que se denominou chamar “melhores famílias da terra”, ou seja, famílias que conseguiram acumular consideráveis cabedais e prestígio social quer através da atividade de conquista,

---

<sup>24</sup> Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996, e FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., p. 85.

<sup>25</sup> LEME, Luiz Gonzaga da Silva, op. cit., 4º Vol., pp. 755-756. Há de se ressaltar que a família de Fernão Dias é a mesma que mantém laços de parentesco com os Pedrosa de Barros.

<sup>26</sup> FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII – algumas notas de pesquisa”. *Revista Tempo*, Niterói, volume 15, 2003, pp. 11- 35.

<sup>27</sup> LEME, Luiz Gonzaga da Silva, op. cit., 2º Vol., p. 1079.

<sup>28</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., pp. 282-285.

<sup>29</sup> Idem., p. 119.

quer através da ocupação de cargos da governança, quer através de atividades comerciais ou ainda, com mais frequência, da soma de todas essas atividades.<sup>30</sup>

Observando o casamento realizado por Maximiano de Oliveira, novamente percebe-se o casamento entre iguais. Maximiano casou-se por procuração, em 1722, com Inácia Pires de Arruda, filha de Francisco Pires Ribeiro com sua esposa, Maria de Arruda.<sup>31</sup> Francisco Pires era sobrinho de Fernão e o acompanhou, juntamente com Garcia e Francisco Pais, em 1674, ao sertão dos Cataguazes, na jornada da Sabaraboçu.<sup>32</sup> Ora, ao casarem-se entre si, tais indivíduos garantiam, não somente a permanência de suas fortunas no seio da própria família, mas também reafirmavam a hierarquia e a desigualdade estamental da sociedade colonial, pois esses casamentos demonstravam a diferença existente entre a minoria pertencente às melhores famílias da terra – os “Homens Bons” – e a grande maioria que não preenchia os requisitos necessários para fazer parte desse seleto grupo. Não obstante, havia casamentos entre nobreza e oficiais da Coroa ou mesmo com comerciantes, o que leva a crer que não somente a escolha do cônjuge dependia da conjuntura, como também tal escolha era guiada por uma estratégia de poder dada pela sociedade estamental. Observando a árvore genealógica de Maximiano de Oliveira, tal constatação fica patente (vide genealogia Maximiano de Oliveira Leite, p. 18).

Em uma rápida análise da referida genealogia, apreende-se que todas as cinco irmãs de Maximiano casaram-se com homens detentores de altas patentes militares, sendo que dois deles eram guardas-mores das Minas, posto indicativo de um alto prestígio a seus ocupantes. Para além do óbvio, tais casamentos demonstram, visivelmente, que a escolha do cônjuge perpassava o ideal de nobreza, uma nobreza oriunda da *conquista* em nome de El-Rei.

Uma primeira comparação entre as duas árvores genealógicas nos revela que a neta de Caetano Álvares Rodrigues foi casada com o neto de Garcia Rodrigues Paes e bisneto de Fernão Dias Paes, sendo que o próprio Maximiano de Oliveira Leite era sobrinho de Garcia Rodrigues e neto de Fernão Dias Paes, contudo, as uniões parentais entre Caetano Álvares e Maximiano de Oliveira não se iniciaram na terceira geração.

Conforme afirmado anteriormente, o coronel e guarda-mor Caetano Álvares Rodrigues foi casado com a irmã do também coronel e guarda-mor Maximiano de Oliveira Leite. Se isso não bastasse, o filho de Caetano Álvares foi casado com uma das filhas de

---

<sup>30</sup> Cf. FRAGOSO, João. “A nobreza da República...”, op. cit.

<sup>31</sup> LEME, Luiz Gonzaga da Silva, op. cit., 4º Vol, p. 662.

<sup>32</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., pp. 339-340.